

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO Nº 01/2018

UNIDADE:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNCIPAL DE ESPIGÃO
	DO OESTE
INTERESSADO:	Controle Interno
C/CÓPIA	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
ASSUNTO:	Relatório de Avaliação de Controle Interno

Controle Interno. Avaliação de Controles Internos do setor Financeiro do Instituto de Previdência Municipal de Espigão do Oeste.

Espigão do Oeste, RO. Maio/2018



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
2 METODOLOGIA	4
3 CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	6
4 ANÁLISE DA AVALIAÇÃO SETOR FINANCEIRO	
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO	15



1 INTRODUÇÃO

- 1. Este Relatório apresenta os resultados da Avaliação de Controle Interno no Setor Financeiro realizada no período de 16/04 a 28/05/2018 na Unidade do Instituto de Previdência Municipal de Espigão do Oeste, em cumprimento ao Planejamento de Avaliação de Controles Internos IPRAM 2018.
- 2. O resultado dessa Avaliação dos Controles Internos foi dividida nos seguintes capítulos: Apresentação da Metodologia; Controles Internos administrativos; Análise da Avaliação setor financeiro e, por fim, as Considerações sobre a Avaliação de Controle.
- 3. O desenvolvimento desse trabalho tem o intuito de contribuir com a melhoria dos serviços públicos, através do aperfeiçoamento do sistema de controle interno.
- 4. O objetivo do trabalho foi analisar o controle interno do setor pertinente sob a perspectiva do gerenciamento de riscos.
- 5. Com esse diagnóstico, pretende-se extrair dados e informações capazes de indicar aos responsáveis do setor do órgão as ações necessárias para aperfeiçoar os controles internos da área administrativa financeira, bem como, gerar relatório gerencial consolidado possibilitando a emissão de recomendações de melhoria ao subsistema de controle.
- 6. A partir do resultado desse trabalho, serão desenvolvidas atividades de pós-AVALIAÇÃO, especialmente, o Monitoramento das Recomendações, mediante a elaboração de planos de providências e o periódico acompanhamento da implementação das medidas necessárias à correção das causas das fragilidades constatadas nesta avaliação dos controles internos.
- 7. Busca-se também, indicar áreas em que serão necessários promover ações preventivas, por meio de participações e capacitações voltadas aos servidores dos setores.
- 8. O resultado desse trabalho subsidiará ainda a emissão do Parecer Conclusivo sobre as Contas do Gestor e a elaboração do plano de auditoria 2019.
- 9. Por fim, o relatório dessa avaliação de controle interno será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.



2 METODOLOGIA

Utilizou-se como principal referência para Avaliação dos Controles Internos do IPRAM, o método desenvolvido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, o conhecido COSO I (1992), na versão atualizada em 2004, intitulada *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, o COSO II – ERM, com o foco no gerenciamento de riscos.

Quanto aos procedimentos utilizados: **Planejamento**: elaboração da matriz de planejamento, elaboração e escopo do programa de avaliação de controles internos;

Elaboração dos Papéis de Trabalho: Elaboração de planilha para registro das Competências e Atribuições específicas do setor no qual foi realizada a Avaliação de Controles Internos, elaboração de planilha de registros de perguntas e respostas referentes ao QACI, elaboração do Diagrama de Verificação de Riscos;

Levantamentos Preliminares: Elaboração e envio de solicitação de informações ao respectivo setor para subsidiar os trabalhos;

Identificação dos procedimentos a serem avaliados: Analise dos levantamentos preliminares a fim de identificar os controles internos do setor, bem como competências e metas setoriais, por meio de exame dos regulamentos internos aplicadas às atividades inerentes a unidade avaliada, conforme o caso. Verificação dos pontos de controle mais relevantes que deverão ser priorizados na Avaliação dos Controles Internos, considerando as informações levantadas junto aos setores;

Elaboração de perguntas para a composição dos Questionários de Avaliação de Controle Interno: Elaboração de perguntas que compôs os QACI's que foram aplicados no setor, com base nas informações coletadas, nos pontos de controle interno selecionados, nas competências e atribuições específicas do setor;

Aplicação do QACI: Aplicação do questionário de avaliação do controle interno, bem como realizar o teste de observância;

Avaliação dos controles internos: Avaliação do setor, de acordo com os componentes do COSO I, a análise SWOT e o Diagrama de Verificação de Riscos – DVR:

- a. Ambiente de Controle
- b. Atividade de Controle
- c. Avaliação de Riscos



- d. Informação e Comunicação
- e. Monitoramento

Elaboração de Relatório: Elaboração de relatório de avaliação de controles internos.



3 CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Os órgãos que compõem uma entidade da Administração Pública devem priorizar a consecução de seus objetivos e, para que o alcance destes seja realizado com razoável segurança, sem ocorrência de irregularidades e/ou impropriedades que comprometam a gestão da Entidade faz-se necessária à implantação e instrumentos de direcionar e assegurar que o rumo escolhido seja adequado e confiável.

Tem-se que estes instrumentos são denominados Controles Internos administrativos.

Segundo o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa nº 01de 2011, os controles internos administrativos são:

[...] o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das unidades e entidades da administração pública seja alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

Além da conceituação explanada, os controles internos administrativos devem disciplinar-se no seguimento de regras, diretrizes, sistemas e finalidades.

Mas, para a qualidade e sucesso no desempenho dos objetivos da Entidade, não basta à adoção dos controles internos administrativos, importante também a avaliação periódica destes, a fim de analisar, na prática, a sua adequação, confiabilidade, integridade, eficiência e eficácia, economicidade e efetividade.

Portanto, para que a gestão atinja os seus objetivos e, no mais, de forma adequada, confiável, eficiente, eficaz, econômica e efetiva, deve-se à adoção de avaliação dos controles internos administrativos, estes adequados a gerenciar os procedimentos e, principalmente os riscos.

6



4 ANÁLISE DA AVALIAÇÃO SETOR FINANCEIRO

Tendo em vista a elaboração do planejamento de AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS IPRAM 2018 como forma de contribuir com a governança pública, bem como aperfeiçoar a prestação de serviços públicos, este Controle Interno responsável pela Avaliação passa a descrever os resultados oriundos dos trabalhos desenvolvidos.

Na avaliação, de uma escala de 1 a 4, considerou-se: (1) controles internos totalmente não observados; (2) controles internos observados em sua minoria; (3) controles internos observados em sua maioria e (4) controles internos observados em sua totalidade.

Diante da avaliação observa-se que de maneira geral o setor avaliado não possui controles internos e estes são totalmente não observados — escala "1" —, dessa forma, sugere-se que o gestor juntamente com o setor avaliado empenhem-se no sentido de viabilizarem a implementação de controles internos, de forma que possa ser alcançado a escala "4".

O quadro abaixo apresenta de forma descritiva o questionário utilizado para avaliação de controles internos, sob o ponto de vista dos principais componentes do COSO.

Quadro 1 QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS (QACI)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS AVALIADOS

Ambiente de Controle

O setor adota mecanismos de controles internos.

Os controles internos são percebidos como essenciais à consecução dos objetivos do IPRAM.

Os mecanismos gerais de controle instituídos pelo setor são percebidos por todos os servidores.

Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor.

A comunicação dentro do setor examinado é adequada e eficiente.

Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados.

Os servidores do setor participam da elaboração dos procedimentos e das instruções operacionais.



Há normas específicas que regem os trabalhos realizados no setor.

As atividades desempenhadas no setor correspondem às competências e às atribuições previstas nos regulamentos do IPRAM.

Os funcionários conhecem suas responsabilidades, as atribuições do cargo que ocupam e a finalidade de seus serviços.

Composição do IPRAM de acordo com as Leis de Reestruturação, nº 1.796/14 de 04 de Setembro de 2014 e Lei nº 1827 de 08 de Janeiro de 2015.

O rodízio de atribuições/funções do setor é adequado.

As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.

Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência do setor, de forma a evitar funções conflitantes exercidas por um mesmo setor ou por uma mesma pessoa.

A quantidade de pessoal é adequada para a realização das atividades do setor.

Existe plano/planejamento de capacitação adequado às necessidades do setor.

Os servidores participam de capacitação periódica (cursos de capacitação, Fóruns, etc.) e repassam os ensinamentos como multiplicadores.

Os servidores do setor possuem o necessário conhecimento e treinamento para cumprir suas obrigações/atribuições.

O setor identifica seus pontos fortes nas atividades desenvolvidas.

As decisões críticas são definidas no nível hierárquico adequado. Essa questão é tratada adequadamente nos regulamentos do IPRAM.

Este setor acompanha/monitora/ auxilia/orienta as unidades relacionadas direta ou indiretamente as suas atribuições/competências.

Os diretores possuem autonomia de gestão.

São tomadas ações corretivas quando o funcionário não age de acordo com suas responsabilidades, as atribuições do cargo que ocupam e a finalidade de seus serviços.

Existem mecanismos de controle de acesso a bens, a documentos, a informações e a registros, informatizados ou não.

Avaliação de Risco

O setor possui objetivos e metas, e estes estão formalizados.

Os objetivos do setor estão ligados aos objetivos e aos planos estratégicos do IPRAM.

Os objetivos centrais são claramente estabelecidos e comunicados aos responsáveis por esses objetivos.

Existem mecanismos para prever, para identificar e para reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos.



Existem procedimentos que visem dirimir erros nas atividades desenvolvidas no setor.

Existem indicadores de desempenho para o alcance dos objetivos do setor.

Há prazo-limite para cumprimento de tarefas dentro do fluxo de atividade.

Os riscos e as oportunidades são identificados e tratados, de modo que suas implicações sejam integralmente identificadas e o plano de ação sejam formulados e cumpridos.

Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.

A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco do setor ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.

As decisões de resposta ao risco são tomadas por quem tem competência para tal e, quando pertinente, são formalizadas.

Na ocorrência de fraudes e desvios, é tomada alguma medida para apuração de responsabilidades.

Procedimentos de Controle

As regras internas necessárias ao funcionamento do setor estão formalizadas.

São adotados controles de prevenção e de detecção para garantir que as operações realizadas sejam adequadamente iniciadas, autorizadas, registradas, processadas e divulgadas.

A organização instituiu mecanismo para acompanhamento contínuo dos indicadores de desempenho.

Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizem a probabilidade de os objetivos da atividade não serem alcançados.

As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle.



São adotadas providências para garantir que na realização de procedimentos conflitantes seja observado o princípio da segregação de funções.

As informações sigilosas, eventualmente tratadas no âmbito da atividade sob exame, têm recebido o tratamento previsto na política de segurança da instituição.

O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequadas.

Análise do controle do patrimônio sob a responsabilidade do setor.

Informação e Comunicação

- O setor consegue as informações de que necessita, no âmbito do IPRAM, de maneira prática e tempestiva.
- O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva.
- O setor divulga internamente as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz.
- O setor identifica, captura, processa e comunica as informações necessárias ao diretor da área, aos demais componentes administrativos e aos participantes de forma geral em tempo hábil e de maneira prática.
- O setor conta com uma estrutura organizacional que garanta o processamento de dados e a elaboração de informações gerenciais de forma confiável e tempestiva.
- Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis.
- O setor consegue obter as informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil.
- O setor produz e/ou recebe, tempestivamente, informações sobre o seu desempenho.
- O setor adota medidas quando recebe críticas ou elogios.
- Os sistemas de informática, neste setor, são seguros e confiáveis, contemplando aspectos como: segurança no acesso/identificação; crítica na entrada de dados; procedimentos de backup; e planos de contingência para questões chave.

Monitoramento

- O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar sua eficácia e qualidade ao longo do tempo.
- O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades.



O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor.

As deficiências de controle interno identificadas são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado ou à alta administração e adequadamente tratadas.

Quanto ao quadro I (questionário baseado na metodologia COSO I), na análise deste Controle Interno, é possível verificar, entre outros:

- No quadrante Ambiente de Controle, as atividades desempenhadas no setor correspondem às competências e às atribuições previstas nos regulamentos; a servidora responsável pelo setor conhece suas responsabilidades, as atribuições do cargo que ocupa e a finalidade de seus serviços;
- No quadrante Avaliação de Risco, não há avaliação de riscos, ressaltase que de acordo com o questionário o setor possui metas e objetivos, porém não estão formalizados;
- No quadrante Procedimentos de Controle, os mesmos não são observados; (sugeri elaboração de manuais padronizados).
- No quadrante Informação e Comunicação observou-se que o setor consegue informações de que necessita e de maneira prática e tempestiva; O setor fornece informações que lhe são solicitadas de maneira prática e tempestiva; o setor controla os documentos recebidos e produzidos; os arquivos são periodicamente revisados e outros; o setor adota medidas quando recebe críticas e elogios; os sistemas de informática são seguros;
- Por fim, no quadrante **Monitoramento**, não há observância do mesmo.

Diante do cenário apresentado, verifica-se a necessidade de realizar inicialmente os seguintes aprimoramentos:

• a atualização do mapeamento de processos;



- implantação de uma matriz de risco, que vise identificar os eventos de riscos, a fim de que os mesmos sejam avaliados e possam ser definidas respostas a estes riscos (probabilidade de ocorrência x grau de impacto).
- Implantação de indicadores de desempenho que permitam o gerenciamento dos riscos de forma tempestiva.

O modelo COSO é uma estrutura que auxilia no estabelecimento de controles internos e no gerenciamento dos riscos corporativos, pois sua visão corporativa visa oferecer os mecanismos necessários para que os riscos envolvidos na consecução das metas da Entidade sejam analisados com foco no objetivo principal da instituição.

Contudo, é importante observar que os controles internos possuem limitações e embora ajudem a atenuar os riscos não os elimina completamente. Entre as limitações podemos citar o potencial de erro humano devido a descuidos, erros de julgamento, instruções mal compreendidas; possibilidade de procedimentos e sistemas se tornarem inadequados devido às mudanças nas condições que venham a prejudicar a execução desses procedimentos; possibilidade de controles internos serem contornados por meio de conluio; e até mesmo a limitação do custo x benefício associado à resposta aos riscos.

Assim, busca-se enfatizar a importância da associação entre o gerenciamento de risco, os controles internos, o mapeamento de processos, os objetivos e metas institucionais, bem como os indicadores de desempenho entre tantos outros fatores que podem e devem ser considerados.



Abaixo segue o preenchimento da Matriz Swot do Setor Financeiro.

Ambiente	Interno	Ambiente	externo
AIIIDIGIILG		AIIIDIGIILG	CVICILIO

	Forças	Oportunidades	
+	 Servidor efetivo; Comprometimento do servidor frente às atividades. Recursos financeiros disponíveis; Servidor com formação superior ao exigido pelo cargo; 	 Capacitação de servidor; Boas práticas usadas por outros órgãos públicos; Capacitações gratuitas oferecidas pelo TCERO; Existência de legislação que orienta o setor; 	+
	Fraquezas	Ameaças	
-	 Ausência de Normas operacionais padronizadas para o setor; Deficiência de Controle interno no setor; Ausência de programas de capacitação para servidor. Falta de normas e regulamentação que valorize o servidor em níveis de carreiras e promoções. 	 Mudanças na legislação; Dependência dos demais setores para o desenvolvimento de suas atividades; Falta de cursos específicos relacionados a área do setor; Baixa velocidade da internet; Morosidade na divulgação e liberação da LOA. 	-

Ambiente Interno

Pontos fortes – as características positivas internas que uma organização pode explorar para atingir as suas metas. Referem-se às habilidades, capacidades e competências básicas da organização que atuam em conjunto para ajudá-la a alcançar suas metas e objetivos.

Pontos fracos — as características negativas internas que podem inibir ou restringir o desempenho da organização. Referem-se à ausência de capacidades e/ou habilidades críticas. São, portanto, deficiências e características que devem ser superadas ou contornadas para que a organização possa alcançar o nível de desempenho desejado.

Ambiente externo



Oportunidades- Características do ambiente externo, **não controláveis** pela organização, com potencial para ajudá-la a crescer e atingir ou exceder as metas planejadas.

Ameaças- Características do ambiente externo, **não controláveis** pela organização, que podem impedi-la de atingir as metas planejadas e comprometer o crescimento organizacional.

Da análise da matriz Swot, considerando que as fraquezas devem ser superadas através de medidas que consigam corrigi-las, a fim de superar as forças, recomenda-se nesse primeiro momento a elaboração de normas padronizadas para o setor, bem como programa anual de capacitação para a servidora na área de sua atuação, como forma de aperfeiçoar a prestação de serviços públicos e colaborar com os objetivos da Entidade.

De outra sorte, recomenda-se ainda, que a administração estude a possibilidade de contratação de serviços visando aumentar a velocidade da Internet, uma vez que com frequência a morosidade, a baixa velocidade da internet acaba atrapalhando na consecução das atividades do setor, e por que não dizer de toda a Instituição.



5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

Por todo o exposto, observa-se que o setor não possui um ambiente interno pautado na importância dos controles internos, bem como ainda não possui boas práticas relacionadas ao tema, muito embora haja o mapeamento de processo, se faz necessária sua adequada atualização, e não há formalização de diagnóstico de riscos.

De igual forma, não há formalização de objetivos e metas, de modo que as atividades de controles internos sejam pautadas em políticas e ações, de natureza preventiva e de detecção para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da instituição.

Através da busca de informações por meio da avaliação, via questionário de avaliação de controles internos, baseado na metodologia do COSO I, e o preenchimento da matriz SWOT, observa-se que o setor não possui normas operacionais padronizadas. Também não há programa de capacitação para a servidora.

Diante do cenário apresentado, verifica-se a necessidade de realizar inicialmente os seguintes aprimoramentos:

- implementação de controles internos, de forma que possa ser alcançado a escala "4";
- elaboração de manuais padronizados/normas;
- a atualização do mapeamento de processos;
- implantação de uma matriz de risco, que vise identificar os eventos de riscos, a fim de que os mesmos sejam avaliados e possam ser definidas respostas a estes riscos (probabilidade de ocorrência x grau de impacto).
- Implantação de indicadores de desempenho que permitam o gerenciamento dos riscos de forma tempestiva.
- programa anual de capacitação para a servidora na área de sua atuação;
- contratação de prestação de serviços visando aumentar a velocidade da Internet.

Também, orienta-se no sentido de criar ações de fortalecimento e aprimoramento de controles internos, consolidando uma cultura de boas práticas na instituição.



Esse relatório visa analisar e emitir a percepção deste Controle Interno quanto aos controles internos e os procedimentos de diagnósticos de risco do setor analisado, consideradas para análise a metodologia do COSO I.

Salienta-se que a Controle Interno é órgão de assessoramento técnico visando subsidiar as decisões da Administração quanto as suas atribuições, a fim de fortalecer a gestão em seu cotidiano e garantir a eficácia, eficiência, efetividade e economicidade de seus atos sob o prisma de seus controles internos, muito embora sua opinião não tenha natureza vinculante.

Lembre-se que a aceitação dos riscos pela não implementação das recomendações e orientações emitidas nos Relatórios de Controle Interno é de responsabilidade da Gestão.

Espigão do Oeste, 28 de Maio de 2018.

Cleanderson do Nascimento Lucas Controlador Interno do IPRAM